

PENSAR VERDE



PAR
LA
MEN
TARIS
MO

EDITORIAL

Iniciamos, no ano passado, a tarefa de auxiliar no debate e na formação de opinião sobre temas que precisam ser pensados, como o Parlamentarismo sob a perspectiva de reversão da crise de representatividade deflagrada em junho de 2013, com a Copa das Confederações.

Vimos o país novamente nas ruas clamando por uma democracia mais representativa, participativa e direta, com menos corporativismo, clientelismo e burocracia.

E nos perguntamos: será que mudar radicalmente o poder executivo, promover o reforço do poder do parlamento pode ser a reforma decisiva para ampliar a democracia no Brasil e reformar profundamente o próprio parlamento?

A resposta veio agora. Os verdes acreditam que sim, o Parlamentarismo é a solução para a crise da representatividade brasileira.

No Brasil, o parlamentarismo esteve em vigor no final do Império, de 1847 a 1889. Ao passar a ser república, o Brasil adotou o presidencialismo como sistema governamental. Porém, com a renúncia de Jânio Quadros, o sistema acabou por ser adotado novamente, de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Nesse mesmo mês houve um plebiscito para decidir qual sistema o governo brasileiro adotaria. A maioria dos eleitores deu preferência ao sistema presidencialista.

Novamente, em 1993, houve uma discussão a respeito da mudança no sistema político do país. O então presidente Itamar Franco regulamentou a realização de um plebiscito, no qual os eleitores iriam decidir se o país deveria ter um regime republicano ou monarquista, controlado por um sistema presidencialista ou parlamentarista. Na ocasião, a maioria dos eleitores votaram pelo regime republicano e do sistema presidencialista.

Em alguns países como Austrália, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Japão, Espanha, o sistema vigente é o parlamentarismo. Sabe-se que o Poder Legislativo assume, no Parlamentarismo, funções de maior relevância na administração do país.

Com este Caderno Especial, ressaltamos a importância de se criar um ambiente favorável à retomada da reflexão acerca do parlamentarismo como uma forma de combater os males que o sistema presidencialista tem causado na sociedade.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Raimundo Marcelo Carvalho da Silva

CONSELHEIRO

Aluizio Leite Paredes

Eurico José Albuquerque Toledo

Ivanilson Gomes dos Santos

Jovino Cândido da Silva

Osvander Rodrigues Valadão

Rivaldo Fernandes Pereira

Sandra do Carmo Menezes

SUPLENTE

Fabiano Lima da Silva Carnevale

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Reynaldo Nunes de Moraes

CONSELHEIROS

Ricardo de Oliveira Silva

Daniela de Carvalhaes de Almeida

SUPLENTES

Luis Antônio Queiroz de Araújo

Salvador Arnoni

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE Marco Antonio Mroz

DIRETOR ADMINISTRATIVO Ovídio Teixeira Cardoso

DIRETOR FINANCEIRO José Carlos Lima da Costa

DIRETOR TÉCNICO José Paulo Tóffano

REVISTA PENSAR VERDE

CONSELHO EDITORIAL

Marcelo Silva, Marco Antonio Mroz, José Luiz Penna, Sarney Filho, Edson Duarte, José Carlos Lima, Angélica Brunacci

EDITORA-CHEFE

Angélica Brunacci (02532JP/DF)

COLABORAÇÃO

Larissa Itaboraí

REVISÃO

Caroline Rodrigues Cardoso

ARTE E EDITORAÇÃO

DotPro Tecnologia e Comunicação

IMPRESSÃO

Gráfica Athalaia

TIRAGEM

3.000 exemplares

VOCÊ SABIA ?

Segundo pesquisa da Tax Justice Network, o montante que o Brasil teria perdido, apenas em 2010, com a evasão fiscal foi de US\$ 280 bilhões.

ENDEREÇO

Sede da Fundação Verde Herbert Daniel
SAUS Quadra 06 - sala 602 - Ed. Belvedere,
Asa Sul, Brasília - DF
Telefone: (61) 3366-1223
contato@fvhd.org.br
www.fundacaoverde.org.br

FALE COM A REVISTA PENSAR VERDE:
revistapensarverde@gmail.com

A FVHD foi criada em setembro de 2007 com o objetivo de promover a doutrinação política do Partido Verde.



A ILUSTRAÇÕES DESTE CADERNO SÃO DO DESIGNER LUCIANO DE OLIVEIRA. AS TÉCNICAS UTILIZADAS FORAM COLAGEM, FOTOMONTAGEM E MANIPULAÇÃO DIGITAL.



VOTE

VOTE

VOTE

PAR
LA
MEN
TARIS
MO

ÍNDICE

A CRISE DO PRESIDENCIALISMO

>Executiva Nacional do PV

6

CUSTOS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2104

16

OS 15 PAÍSES MAIS RICOS

18

A CRISE É INSTITUCIONAL

>Carlos Matheus

20

UMA CRÍTICA ECOLOGISTA DA CRISE

>Fabiano Carnevale

26

TRÊS FORMAS DE PARLAMENTARISMO

28

VOTO DISTRITAL MISTO

30

PAÍSES COM VOTO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO

31

A CRISE DO PRESIDENCIALISMO

>Executiva Nacional do PV

A crise política que vive o Brasil tem como cerne o atual modelo de presidencialismo de coalizão, imperial e centralizador, que estimula o messianismo despolutizador, a corrupção, o clientelismo e o patrimonialismo. A saída para crise é o parlamentarismo.

O presidencialismo - todo mundo sabe o significado, mas não é demais repetir que se trata de um sistema de governo no qual o presidente acumula a chefia do governo e do estado ao mesmo tempo.

Coalizão não é uma palavra do cotidiano, mas seu significado é simples: trata-se de uma aliança feita por partido que elege o Presidente sem ter maioria parlamentar que permita a sustentação do governo. Usa-se o termo para outros tipos de alianças, como as de cunho militar durante as guerras.

Mas a crise política também tem outra causa: o processo eleitoral brasileiro. Por ele, vence o candidato que tem mais dinheiro, mais estrutura e popularidade, independente do que pensam ou defendem. Esses critérios vencem com facilidade os programas partidários, a vida pregressa dos candidatos e suas propostas.



O presidencialismo pressupõe um governo sempre forte e, para isso, necessita de apoio irrestrito do parlamento em favor da plataforma eleitoral responsável pela vitória nas urnas, preservando das negociações as questões de Estado.

O sistema presidencial clássico funcionabemcomobi-partidarismo ou com um número pequeno de partidos. Quando um partido vence as eleições presidenciais, quase sempre faz maioria parlamentar. Às vezes, vence sem maioria no parlamento e se obriga a governar com alianças políticas e com poucos partidos, torna-se uma tarefa bem mais simples que a coalizão do pluripartidarismo.

No caso brasileiro, onde o pluripartidarismo é cláusula constitucional do art. 17, só é possível vencer as eleições para a chefia do Poder Executivo com alianças que, na maioria das vezes, não alcança



maioria parlamentar, obrigando os partidos vencedores a construir novos arranjos políticos depois da vitória eleitoral, negociando com quem não o apoiou durante as eleições e, assim, formarem um governo de coalizção.

As negociações para alianças e depois para a coalizção envolvem, além das questões de governo, as questões de Estado, pondo em risco funções essenciais para segurança jurídica das relações mais duradouras, ameaçando a separação de poderes e estimulando a corrupção. Esses acordos, potencializados por um sistema eleitoral equivocado, no qual o poder financeiro suplanta o poder das propostas e do currículo dos candidatos, saqueia o erário, transferindo altas somas dos recursos públicos de forma escusa para o patrimônio privado.



No primeiro mandato, quando todos os cargos de primeiro e segundo escalão estão por preencher, tornar-se bem mais fácil atrair aliados para compor o governo. O mesmo já não acontece quando o governo é de reeleição, pois implica desalojar aliados do primeiro governo para alojar novos aliados das novas alianças e coalizações, provocando inúmeras crises nos relacionamentos políticos. O grau de dificuldade aumenta e, por conseguinte, as crises, na medida em que o mesmo partido permanece por mais de dois mandatos no poder. As relações políticas se desgastam profundamente, ameaçando a estabilidade e a governabilidade.

Mesmo no primeiro mandato, quando as primeiras alianças e a coalizão são necessárias à governabilidade, o presidencialismo com o pluripartidarismo obriga a um governo de negociação constante com o parlamento, sem que o parlamento tenha qualquer responsabilidade objetiva quanto ao sucesso do governo.

PAR
LA
MEN
TARIS
MO

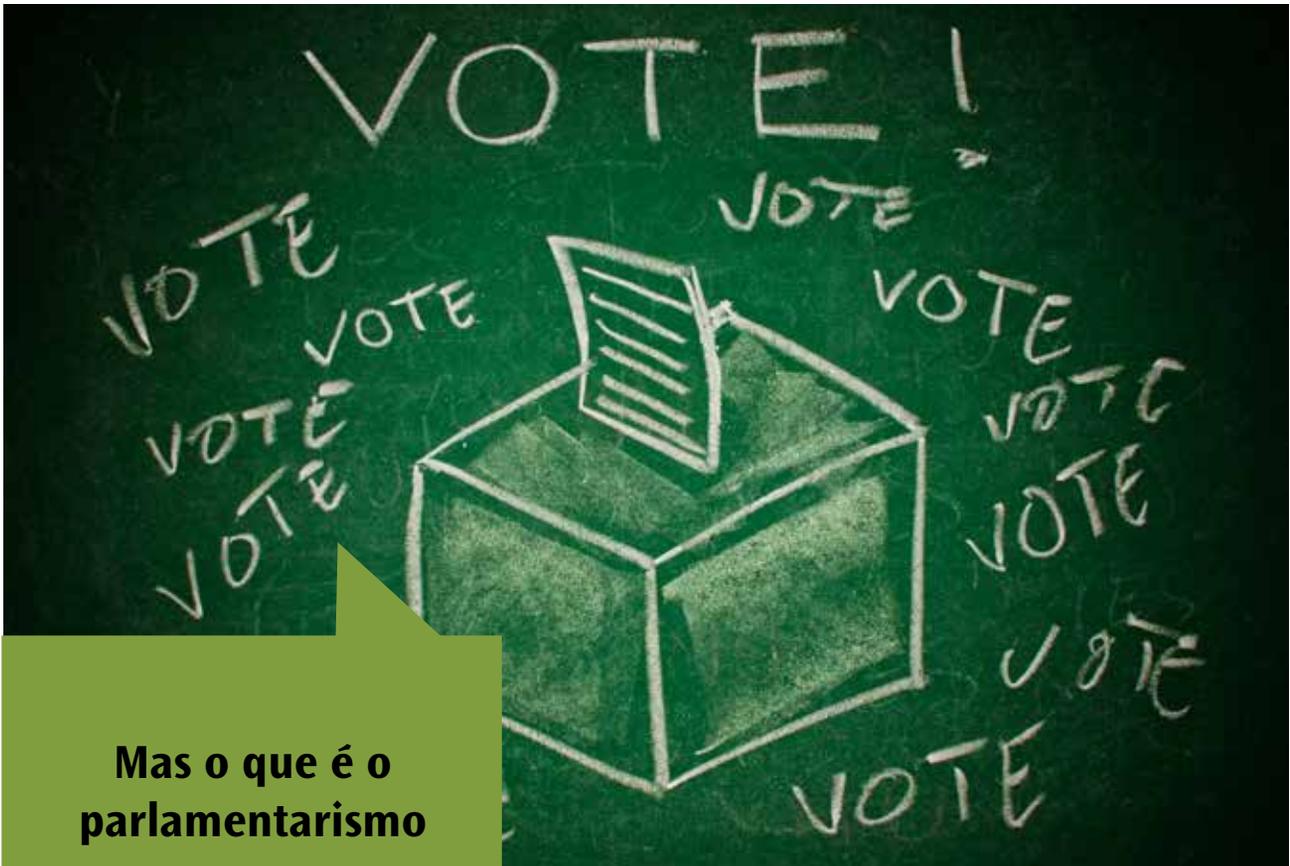
As crises constantes de um governo no presidencialismo levam à impopularidade do presidente, mas cabe ressaltar que os recursos democráticos previstos para esse sistema são ainda mais traumáticos: submeter uma economia gigante como a do Brasil a um processo de impedimento do chefe de governo (que é ao mesmo tempo chefe de Estado) significa necessariamente mergulhar o país em recessão econômica.

Se o governo é um desastre, precisamos de recursos democráticos e institucionais previstos no parlamentarismo para mudá-lo a qualquer momento, sem que isto signifique um dramático risco de ruptura.



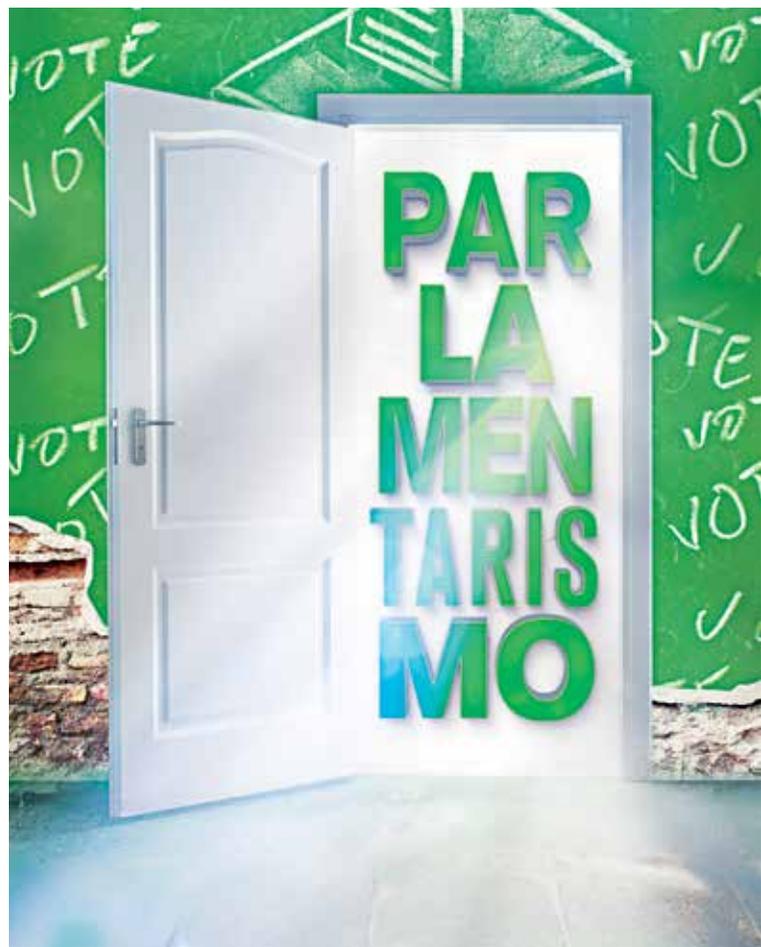
Se o pluripartidarismo é condição política constitucional da nossa democracia, devemos então mudar para o único sistema que se coaduna com esta condição que é o Parlamentarismo, no qual, necessariamente, o chefe de governo nasce de uma maioria parlamentar e governa só até que esta maioria exista.





Mas o que é o parlamentarismo e em que esse sistema é mais vantajoso que o presidencialismo?

O parlamentarismo é um sistema pelo qual a chefia de governo é diferente da chefia de estado. O chefe de estado é um presidente eleito pelo voto popular. E a chefia de governo é exercida por um primeiro-ministro escolhido pela maioria parlamentar. Se o chefe de governo perde apoio no parlamento é imediatamente substituído.



Assim, parlamentarismo convive muito melhor com o pluripartidarismo, produzindo governos fortes e legítimos e, mesmo nos insucessos, torna-se menos traumático para a sociedade a substituição do chefe de governo. A sua substituição será feita no caso de impasse entre os membros do parlamento para formar maioria de sustentação ao governo, pois o parlamentarismo sempre deve produzir governos fortes, democráticos, transparentes e com muito mais participação do cidadão, buscando evitar o fisiologismo.



PAR LA MEN TARIS MO

Um outro aspecto que faz toda diferença entre os dois sistemas está no fato de que os membros do parlamento que escolhem o chefe de governo são responsáveis pelo sucesso e fracasso do governo ou do entendimento para a formação de um novo gabinete, inclusive com a interrupção dos mandatos, quando o povo é convocado às urnas para compor um novo parlamento.

Quadro comparativo entre os dois sistemas, extraído do texto: PARLAMENTARISMO NO BRASIL Como, por que, de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, edição de 1991.

PARLAMENTARISMO - Fernando Henrique Cardoso e José Serra

	Presidencialismo	Parlamentarismo
EXECUTIVO Quem Chefia	Presidente da República auxiliado por ministros ou secretários de estado.	Gabinete ou conselho de ministros chefiado pelo primeiro-ministro . O presidente da república tem funções de chefe de estado com poderes limitados.
Como é escolhido	O presidente eleito por voto direto ou indiretamente escolhe ministros e os secretários de sua confiança.	O primeiro-ministro é: a) indicado pelo presidente dentro do partido que tiver maioria no parlamento ou b) eleito pelo parlamento, ele escolhe demais ministros. O gabinete e seu plano de governo devem ser aprovados pela maioria absoluta do parlamento.



	Presidencialismo	Parlamentarismo
Como é destituído	<p>O presidente tem mandato fixo. Só pode ser destituído legalmente através de um impeachment (impedimento) votado por dois terços do parlamento. Os ministros podem ser demitidos a qualquer momento pelo presidente.</p>	<p>O primeiro ministro e seu gabinete não têm mandato fixo. Podem ser obrigados a se demitir por uma moção de desconfiança votada pela maioria absoluta do parlamento.</p> <p>Os ministros individualmente podem ser demitidos a qualquer momento pelo primeiro-ministro.</p>
LEGISLATIVO Como é destituído	<p>Deputados e senadores só perdem o mandato se forem condenados por crime ou ofensa ao decoro parlamentar e cassados por decisão da maioria absoluta de seus pares.</p>	<p>O presidente pode dissolver o parlamento se este não compuser uma maioria estável para apoiar o Gabinete.</p> <p>Eleições para um novo parlamento são convocadas imediatamente.</p>

Qual é a função do presidente da república no parlamentarismo?

Nas monarquias parlamentares, como é o caso da Inglaterra, o monarca tem apenas papel cerimonial, representando a unidade nacional. Nas repúblicas parlamentares, o presidente é eleito pelo voto direto e tem a força da liderança política, sendo o guardião das questões de estado e aquele que decreta a dissolução do parlamento em caso de impasse político, pondo fim ao mandato dos parlamentares e convocando a população ao voto para que os eleitores componham novamente a casa legislativo.

E o senado no parlamentarismo tem algum papel?

Nas repúblicas parlamentaristas que adotam o bicameralismo, apenas a Câmara dos Deputados escolhe o chefe de governo e tem a prerrogativa do voto de desconfiança. O Senado continua com seu papel de casa revisora das leis e representação dos estados federados.



Qual o Parlamentarismo que o Partido Verde defende?

Precisamos discutir qual o tipo de parlamentarismo mais adequado à realidade brasileira. Na nossa opinião, o parlamentarismo mais próximo da realidade política brasileira deve ter as seguintes condições fundamentais e também responder às necessidades de mudanças no processo eleitoral:



- Manutenção de eleições diretas para Presidente.
- Possibilidade efetiva de dissolução da Câmara.
- Adoção do sistema parlamentar de governo também nos estados.
- O primeiro-ministro tanto pode ser deputado, senador, como um cidadão.
- Reforma do sistema eleitoral com a introdução do sistema misto, proporcional e distrital, fim do voto obrigatório e financiamento de campanha público e por pessoas físicas.

Por tudo isso, o Partido Verde considera que eleitorado do país deve voltar a ser consultado sobre o sistema de governo.

Brasília, DF, março de 2015
Executiva Nacional do PV

CUSTOS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2104



A campanha eleitoral de 2104 apresentou um custo total de R\$ 5,1 bilhões, segundo levantamento feito nas despesas declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral. Os Partidos que mais gastaram foi o PT e PSDB, R\$ 1,121 bilhão pelo PT e R\$ 1,038 bilhão pelo PSDB.

Todos os 28 partidos que conseguiram eleger ao menos um deputado federal gastaram mais de R\$ 10 milhões. O partido que gastou menos foi o PSOL, que declarou despesas de R\$ 12 milhões.

As doações por empresas representam quase a totalidade destas doações.

As 10 principais doadoras contribuíram financeiramente para a eleição de 360 dos 513 deputados da nova Câmara, o que representa 70%.

As principais empresas que doaram dinheiro para a campanha eleitoral de 2014 foram OAS, Andrade Gutierrez, Odebrecht, UTC Engenharia e Queiroz Galvão.

No setor alimentício empresas do grupo JBS distribuíram R\$ 61,2 milhões para 162 deputados eleitos. A Ambev doou R\$11,7 milhões e ajudou a eleger 76 deputados de 19 partidos.



QUADRO COM 15 PAÍSES MAIS RICOS ATUALIZADO

Em vermelho são os países parlamentaristas

1.	Estados Unidos	Presidencialismo - presidente independente da legislatura
2.	China	República - Poder constitucionalmente vinculado a um único movimento político
3.	Japão	Democracia Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
4.	Alemanha	República Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
5.	Reino Unido	Democracia Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
6.	França	República Semipresidencialista - Presidência independente da legislatura; ministros sujeitos a confiança parlamentar



7.	Índia	República Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
8.	Brasil	Presidencialismo - presidente independente da legislatura
9.	Itália	República Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
10.	Canadá	Democracia Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
11.	Coreia do Sul	República - Presidência independente da legislatura
12.	Austrália	Democracia Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
13.	México	Presidencialismo - presidente independente da legislatura
14.	Espanha	Democracia Parlamentarista - ministros sujeitos a confiança parlamentar
15.	Rússia	República Semipresidencialista - Presidência independente da legislatura; ministros sujeitos a confiança parlamentar



A CRISE É INSTITUCIONAL

>Carlos Matheus



Vivemos atualmente várias crises: crise hídrica, crise energética, crise moral, crise econômica e crise política. Sob este cenário trepidante, é necessário admitir que há também no País uma crise institucional. Esta não é visível porque tem raízes no passado. É mais profunda porque exige alteração do atual regime político. Crises fazem parte da condição humana. Resultam tanto daquilo que se fez errado ou se deixou de fazer. Diziam os chineses, em sua cultura milenar, que crises são oportunidades para mudanças. Tudo depende da capacidade que se tem para mudar.

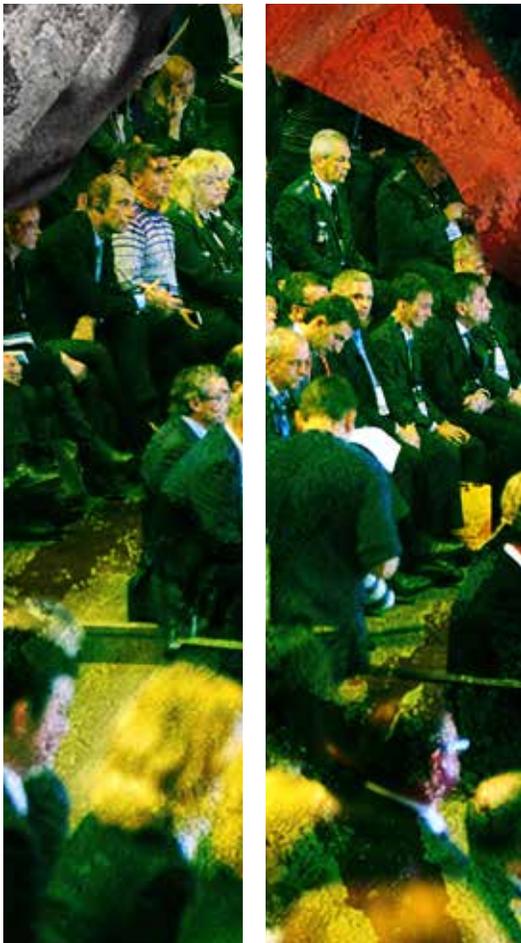
Sobre crises políticas, muitos já falaram. Marx, por exemplo, dizia que o capitalismo provoca sucessivas crises econômicas. Tinha razão, mas só em parte porque o socialismo também tem crises, como a história recente demonstrou. Tanto a economia de mercado gera suas crises na relação entre produção e consumo, como também a economia estatal provoca desequilíbrios entre o planejamento governamental e a contribuição da força de trabalho.





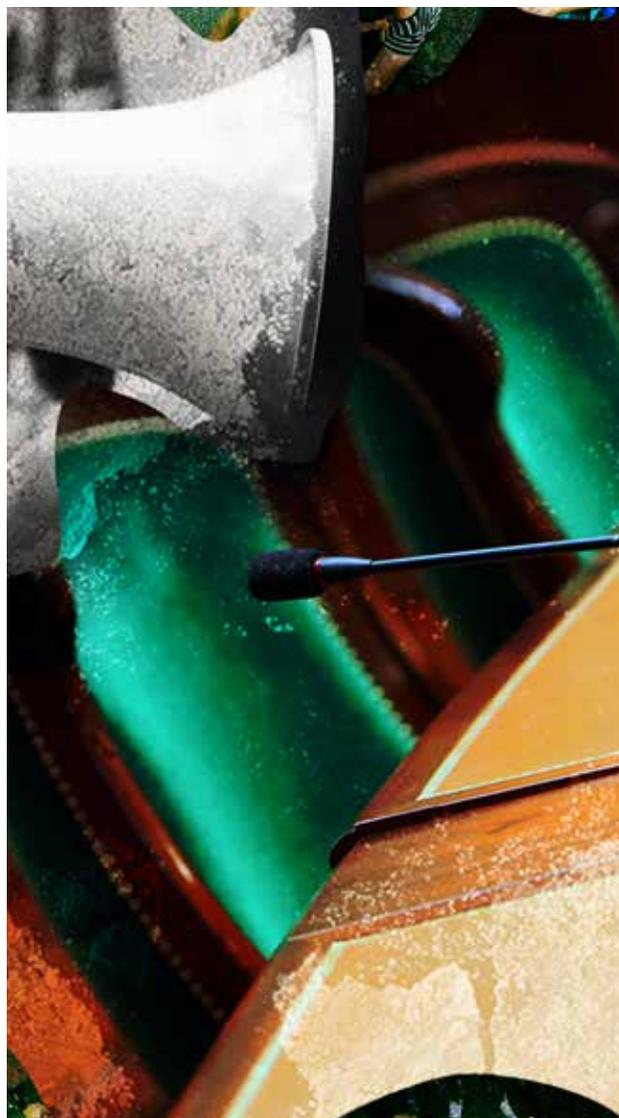
A atual crise brasileira é mais do que econômica. É principalmente institucional. Aqueles que ocupam as principais instituições governamentais perderam a referência de suas respectivas funções originárias e passaram a atuar em função de interesses pessoais, afastando-se cada vez mais daquilo a que antigamente se dava o nome de bem comum. Em outras palavras, os que atualmente exercem a função de governar agem cada vez menos em função de do interesse público enquanto o povo assiste à distância, sem poder se manifestar.

Seria longo relacionar os desvios recentes de todas as instituições em relação à suas devidas funções. Bastaria dizer que a Presidência da República perdeu o controle do processo político e econômico, sem contar com o apoio do Poder Legislativo e também da maioria da população. E o Poder Legislativo legisla cada vez menos em função do interesse público, porque atua de modo muito distante do eleitorado que o elegeu. Seria possível falar ainda da falta de representatividade dos partidos, dos sindicatos e das associações de classe. Há um crescente afastamento entre o poder público e o povo. Os partidos políticos se multiplicam na mesma proporção em que as ambições e vaidades pessoais são colocadas acima de seus conteúdos programáticos.



Neste cenário tumultuado, o princípio da tripartição do poder está abalado. Os que exercem o poder executivo precisam recorrer a expedientes escusos para obter a adesão dos que exercem o poder legislativo, à sombra dos olhos do povo. O recente episódio do mensalão deixou exposta esta crise institucional na qual os legisladores votam em função de interesses ocultos, sem prestarem contas de seus atos. Seus partidos não têm raízes populares e nem são capazes de dar soluções adequadas para os problemas do momento.

Todas as crises políticas vividas pelos brasileiros, nos últimos cem anos, têm sua origem no modo como foi implantado o atual sistema presidencialista. A atual Presidente da República vive em uma crise semelhante às que ocorreram nos anos 30, 45, 64 e 92 entre outras.



O presidencialismo brasileiro é uma sucessão de monarquias temporárias prolongadas pela permissão de reeleição que tem se revelado extremamente ineficiente e danosa. Todos os segundos mandatos dos Presidentes reeleitos – como também de inúmeros Prefeitos e Governadores – resultam frustrantes, para não dizer malogrados. Implantada por conveniências pessoais e de momento, a introdução da reeleição escancarou a fragilidade do sistema presidencialista.



O sistema presidencialista malogrrou no Brasil, devido à sua origem. Tudo começou quando os republicanos de 1889 decidiram copiar o presidencialismo norte-americano. Durante todo o período imperial posterior à Proclamação da Independência, o Brasil viveu em um regime parlamentarista no qual se destacaram grandes e honrados Primeiros Ministros. Havia crises, sim, mas eram logo solucionadas com a substituição dos ministérios e dos legisladores.

A República rejeitou este regime parlamentarista, por associá-lo à monarquia e copiou um sistema sem raízes na História do Brasil. A tentativa de restaurá-lo em 1961 foi espúria porque não havia a intenção de efetivá-lo e, sim, de criar condições para o retorno ao presidencialismo. No plebiscito

de 1993, o sistema parlamentar foi mal explicado ao eleitorado e acarretou a manutenção do atual presidencialismo.

Parlamentaristas são todos os países europeus, onde também há crises – que são solucionadas de imediato com a convocação de eleições, nas quais o povo democraticamente é consultado, para escolher as melhores soluções a serem apresentadas pelos partidos, para a superação da crise. No parlamentarismo, os mandatos podem ser curtos ou longos: dependem do desempenho de cada governo. As soluções para as crises são gestadas fora do poder, através do trabalho permanente de partidos com raízes populares e assessores preparados para realizarem diagnósticos realistas dos problemas do momento.

**A atual Presidente
passa por um
processo de desgaste
irreversível, depois de
ter conseguido uma
reeleição movida pelos
artifícios de marketing
televisivo e se mostra
incapaz de superar os
problemas que ficaram
ocultos naquele
período.**



Se o atual regime brasileiro fosse parlamentarista, a crise atual teria proporções bem menores. Sendo Primeira Ministra, a atual Chefe do Governo renunciaria ao cargo, dissolveria o Congresso e convocaria novas eleições. O que ocorre é exatamente o inverso: diante da crise atual, os que acabaram de ser eleitos se mostram incapazes de superá-la, obrigando o povo a esperar mais quatro anos para se manifestar a respeito de como quer ser governado, sem que ter canais através dos quais possa ser consultado.



Carlos Matheus

Ex-Diretor do Instituto Gallup
e Ex-Professor Titular de Ética
e Filosofia Política da PUC SP
cemmatheus@uol.com.br

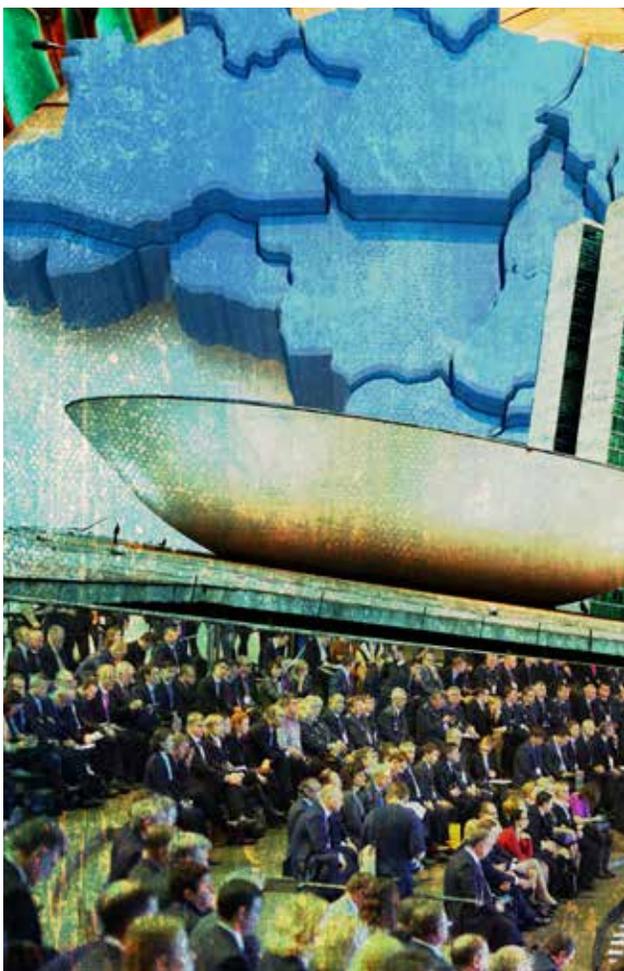
UMA CRÍTICA ECOLOGISTA DA CRISE

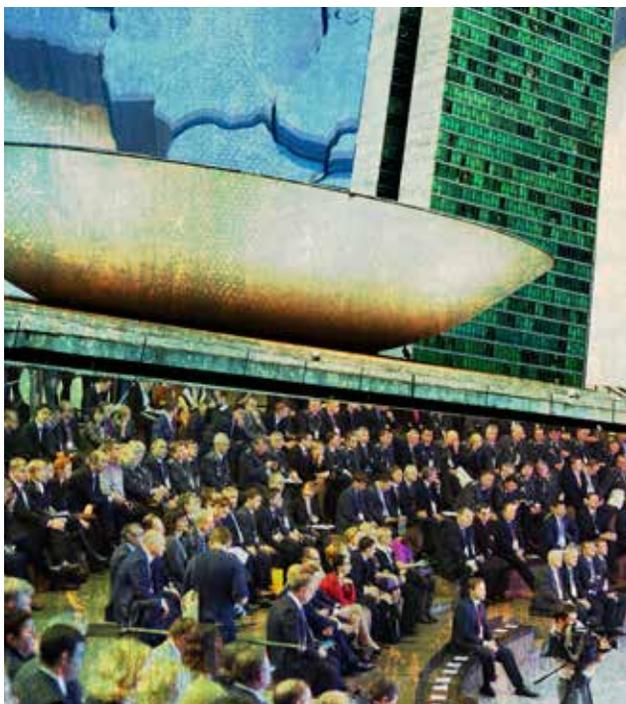
>Fabiano Carnevale

A beira dos seus 30 anos de fundação, o Partido Verde no Brasil não passa imune a profunda crise política que se estabeleceu no Brasil desde a reeleição da Presidente Dilma Rousseff. O desgaste evidente do lulo-petismo parece demonstrar o fim de um ciclo na política brasileira, onde o modelo presidencialista dominado pelos dois grandes partidos (PT-PSDB) se apresenta caduco e incapaz de catalizar as demandas da sociedade.

Algumas consequências da atual crise política são particularmente caras ao Partido Verde. Entre elas destaque: o recrudescimento das forças conservadoras; a crise hídrica e elétrica gerada pela falta de planejamento e a perda de representatividade dos Parlamentos.

O avanço das temáticas das liberdades individuais e direitos humanos no mundo, como a legalização das drogas, do aborto e do casamento gay, têm encontrado fortes resistências no Brasil. Um conjunto de forças conservadoras, principalmente de cunho religioso, vem atravancando qualquer iniciativa que represente um avanço nessas questões. Mais ainda, a reação desses grupos têm sido contra-atacar com propostas ultraconservadoras, que se por um lado não chegam a ser aprovadas ou mesmo levadas a sério, servem como entrave aos debates mais progressistas.





O Partido Verde se apresentou nas últimas eleições presidenciais com propostas claras para superar esses desafios: a legalização das drogas e do aborto, uma radical defesa dos direitos LGBT, a diversificação da matriz energética e o Parlamentarismo. Sem a pretensão de possuir uma fórmula mágica - sabemos que problemas complexos exigem soluções complexas - mas com a profunda legitimidade de quem defende essas bandeiras desde a década de 1980.

No campo ambiental, uma série de retrocessos colocam em risco as conquistas dos últimos anos. A incapacidade do governo de diversificar a matriz energética e conter o desmatamento somada à forte pressão da bancada ruralista no Congresso, já começam a gerar consequências nefastas para o meio ambiente, como a grave crise hídrica enfrentada no Sudeste.

Essas questões remetem primordialmente ao modelo presidencialista centralizador e a perda de legitimidade do Congresso, que provoca uma superficialização e banalização do jogo político. O Congresso vira refém dos super-poderes do governo, e o governo vira refém das barganhas do Congresso.



Fabiano Carnevale

Secretário de Relações Internacionais do PV, Co-Presidente Executivo da Federação dos Partidos Verdes das Américas e membro da Executiva da Global Greens.

TRÊS FORMAS DE PARLAMENTARISMO

INGLATERRA - monarquia parlamentarista. O primeiro ministro (chanceler), eleito pelo parlamento, torna-se o chefe de governo. Ele trabalha diretamente com o poder legislativo. A rainha não possui nenhum poder público.





RÚSSIA - República semi presidencialista. O presidente, eleito pelo povo, torna-se o chefe de governo. O primeiro ministro faz parte das escolhas do presidente.

ALEMANHA - República parlamentarista. O primeiro ministro (chanceler), eleito pelo parlamento, torna-se o chefe de governo. Ele trabalha diretamente com o poder legislativo. O presidente participa apenas de cerimônias especiais.



VOTO DISTRITAL MISTO



Metade dos eleitos seriam escolhidos pelo voto distrital e a outra parte pela lista partidária.

POSSÍVEIS VANTAGENS

Poderia balancear tanto a identificação com o eleitor (proposta pelo voto distrital) quanto o fortalecimento dos partidos (proposto pela lista fechada).



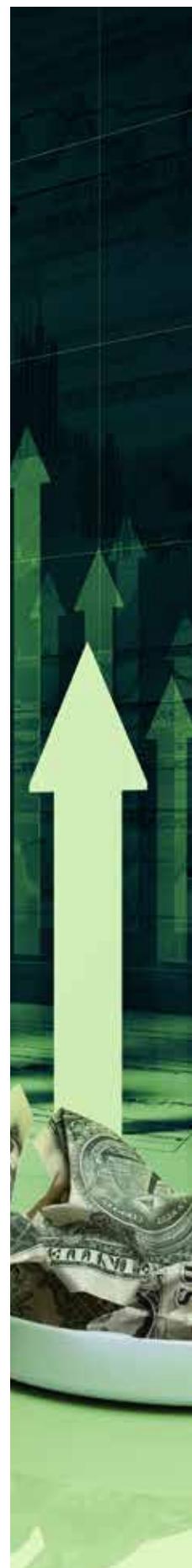
POSSÍVEIS DEFEITOS

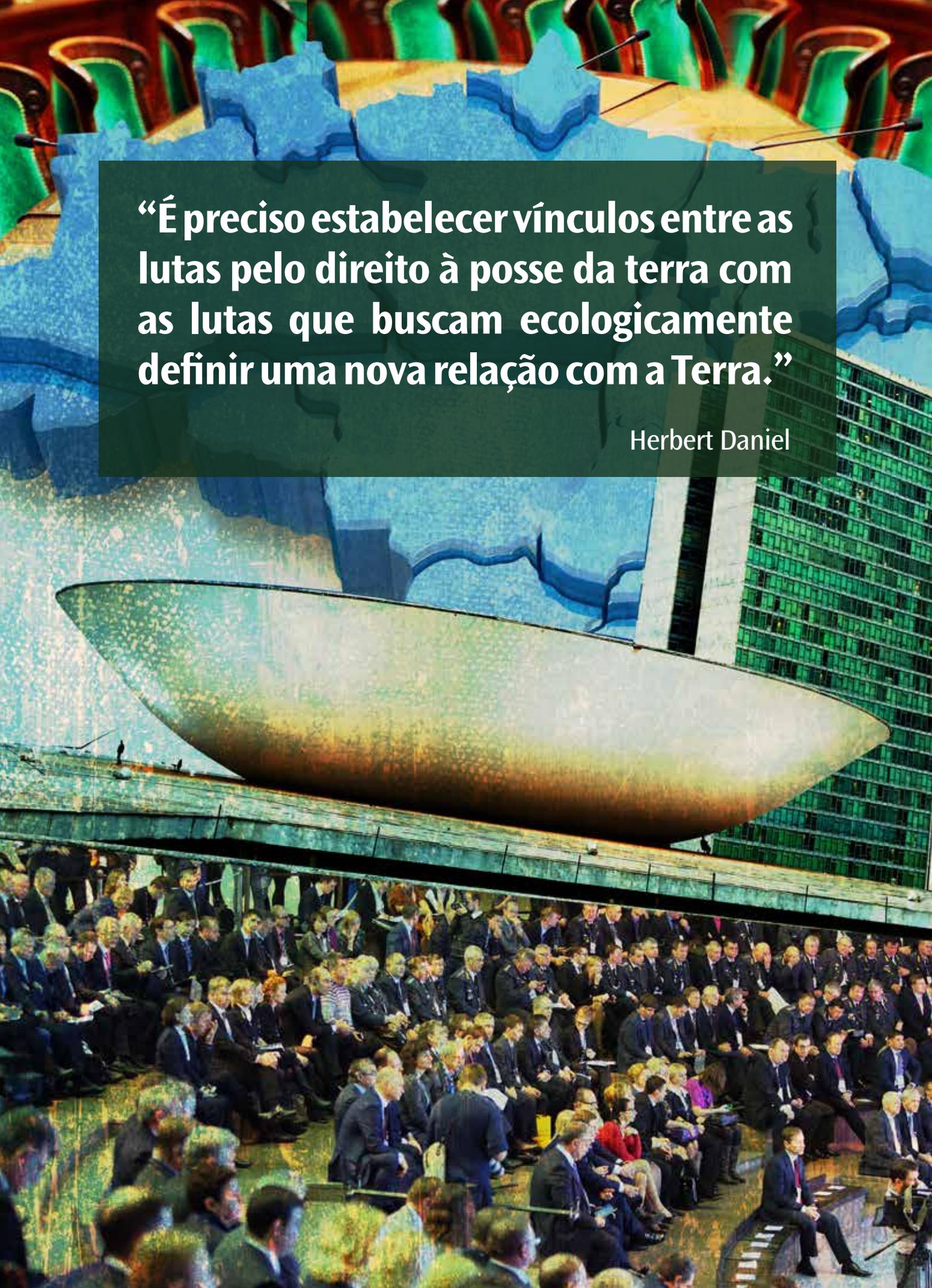
Poderia confundir ainda mais o entendimento do eleitor sobre o processo no parlamento. Poderia haver também uma divisão entre os grupos, de acordo com a forma pela qual foram eleitos.

É uma combinação do voto proporcional e do voto majoritário. Os eleitores tem dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas (partidos). Os votos em legenda (sistema proporcional) são computados em todo o estado ou município, conforme o quociente eleitoral (total de cadeiras divididas pelo total de votos válidos). Já os votos majoritários são destinados a candidatos do distrito, escolhidos pelos partidos políticos, vencendo o mais votado.

PAÍSES COM VOTO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO

RELAÇÃO PAÍS PIB VOTO			
	País	Ajustado ao poder de compra em bilhões (US\$)	Voto
1	EUA	14,140	Facultativo
2	China	8,748	Facultativo
3	Japão	4,150	Facultativo
4	Índia	3,570	Facultativo
5	Alemanha	2,810	Facultativo
6	Reino Unido	2,128	Facultativo
7	Rússia	2,110	Facultativo
8	França	2,097	Facultativo
9	Brasil	2,013	Obrigatório
10	Itália	1,739	Facultativo
11	México	1,465	Facultativo
12	Coreia do Sul	1,364	Facultativo
13	Espanha	1,362	Facultativo
14	Canadá	1,279	Facultativo
15	Indonésia	963	Facultativo





“É preciso estabelecer vínculos entre as lutas pelo direito à posse da terra com as lutas que buscam ecologicamente definir uma nova relação com a Terra.”

Herbert Daniel